CONFIGURAÇÕES E PERSPECTIVAS DO TRABALHO SOB A LÓGICA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

SETTINGS AND PROSPECTS OF THE WORK UNDER THE LOGIC OFPRODUCTIVE RESTRUCTURING

Dori Luiz Tibre Santos*

RESUMO

Este artigo tem como finalidade analisar as implicações práticas da reestruturação produtiva para a classe trabalhadora no que diz respeito ao seu caráter político e mobilizador, a fim de efetivar uma organização sindical ofensiva e compatível com o atual quadro organizacional do trabalho e do capital. Desenvolver-se-á uma análise conclusiva, a partir das contribuições teóricas de Gramsci, sobre a necessidade de se efetivar a formação intelectual e política dos trabalhadores como condição indispensável para que eles sejam capazes de olhar crítica e conscientemente suas reais condições históricas de existência.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Sindicalismo. Acumulação flexível. Intelectuais orgânicos.

ABSTRACT

The work aims to analyze the practical implications of the restructuring process for the working class, with regard to their political and mobilizing in order to effect a union offensive and compatible with the current organizational framework of labor and capital. It will develop a conclusive analysis from the theoretical contributions of Gramsci, on the need to enforce the intellectual and political workers as a precondition for them to be able to look critically and consciously their real historical conditions of existence.

Keywords: Productive restructuring. Unions. Flexible accumulation. Organic intellectuals.

* Pós-Graduado em Psico-toxicologia pela UTP. Mestre em Educação pela UFPR. Graduado em Psicologia pela UTP. Professor dos cursos de Psicologia e Administração da FAE Centro Universitário. E-mail: dori.santos@fae.edu.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte do pressuposto de que seja possível a construção de uma unidade intelectual--moral dos trabalhadores a partir da efetivação de um projeto político-pedagógico contra-hegemônico. Isso implica, na verdade, operar uma ratificação dos preceitos teóricos desenvolvidos por Gramsci (1978)[1] no que tange à formação dos intelectuais orgânicos[2], seu comprometimento com a formação intelectual dos trabalhadores e, no extremo, seu engajamento político para a construção de uma sociedade mais igualitária.

É necessário frisar que não se trata de desenvolver uma análise que esgote a discussão sobre as consequências da reestruturação produtiva e das novas relações de produção para as organizações sindicais. Procura-se, também, compreender como as organizações sindicais têm se posicionado diante da atual fase do capital; a partir daí, acredita-se que seja possível apontar algumas possibilidades de rearticulação política contra-hegemônica[3] dos trabalhadores, fundamentando-se a partir das contribuições teóricas de Gramsci.

Portanto, embora o trabalho proposto ouse em termos de análises e conclusões, certamente ficarão questões pouco aprofundadas em consequência da finalidade acadêmica do trabalho. Trata-se, pois, de uma primeira tentativa de leitura sobre as configurações apresentadas pelas organizações trabalhistas na atual conjuntura, bem como de uma tentativa de sugerir indicativos que direcionem os trabalhadores no sentido inverso da lógica do capital.

---

[1] Antonio Gramsci (Ales, 22 de janeiro de 1891 – Roma, 27 de abril de 1937) foi um filósofo, político, cientista político, comunista e antifascista italiano.

[2] Gramsci (1978) afirma, como tese central, que os intelectuais são um grupo social autônomo, com uma função social de porta--vozes dos grupos ligados ao mundo da produção. Gramsci compreendia que a luta também se dava no campo ideológico, pela superação dessas sínteses-chave, por teses de maior significação e importância para a organização social socialista.

Todo grupo social que possui função no mundo da produção, empresários, trabalhadores, elaboram os seus intelectuais para darem maior homogeneidade e consciência da importância da função dessa classe. O empresário capitalista, por exemplo, cria o técnico da indústria, os cientistas da economia política, para favorecer a expansão da própria classe. Nas sociedades primitivas, a figura do intelectual também estava representada pelos eclesiásticos, que dirigiram ideologicamente 15 séculos e representavam organicamente a aristocracia fundiária. Ao lado destes, nasceram também categorias diferenciadas, como os administradores, filósofos, cientistas, favorecidas e engrandecidas pelos poderes das monarquias.

Gramsci também queria compreender o ponto sobre os qual estão unidos todos os intelectuais, independentemente de sua categoria. Notifica este ponto de unidade no conjunto das relações sociais, e não na atividade intelectual intrínseca. Mesmo na atividade física, na qual o operário parece apenas exercer suas funções mecânicas, também existe um trabalho intelectual criador. Ao insistir na compreensão do intelectual vinculado às forças de base histórica, Gramsci considera "Um erro bastante comum é o de crer que toda camada social elabora sua própria consciência, sua própria cultura da mesma maneira, com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais" (1977, p. 1547-8).

Todos os homens são intelectuais, apesar de nem todos assumirem na sociedade a função de intelectuais (1977, p. 1516). Apesar de as atividades sociais serem distintas, todos os homens possuem, mesmo de maneira fragmentada, alguma cosmovisão, sob a qual baseia o seu comportamento moral, contribui ou não para manter ou mudar uma determinada forma de pensar (1977, p. 1331-32). Quando Gramsci utiliza a noção de intelectual o faz referindo-se à categoria profissional, apesar de para ele não haver possibilidade de afirmar a existência de não intelectuais. Cada homem exerce alguma atividade.

[3] BURGIO, Alberto, 2007. Segundo esse conceito, o poder das classes dominantes sobre o proletariado e todas as classes dominadas dentro do modo de produção capitalista, não reside simplesmente no controlo dos aparatos repressivos do Estado. Se assim fosse, tal poder seria relativamente fácil de derrocar (bastaria que fosse atacado por uma força armada equivalente ou superior que trabalhasse para o proletariado). Esse poder é garantido fundamentalmente pela **hegemonia** cultural que as classes dominantes logram exercer sobre as dominadas, por meio do controlo do sistema educacional, das instituições religiosas e dos meios de comunicação. Usando desse controlo, as classes dominantes **educam** os dominados para que eles vivam em submissão as primeiras como algo natural e conveniente, inibindo, assim, sua potencialidade revolucionária. Assim, por exemplo, em nome da "nação" ou da **pátria**, as classes dominantes criam no povo o sentimento de identificação com elas, de união sagrada com os exploradores, contra um inimigo exterior e a favor de um suposto **destino nacional**. Assim se forma um **bloco hegemônico** que amalgama a todas as classes sociais em torno de um projeto burguês.

1 O SINDICALISMO SOB A LÓGICA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL[4]

O processo histórico de intensificação da produção de mercadorias para a permutação e, consequentemente, a progressiva complexificação do processo de troca são os primeiros indícios da lógica do capital e do modo de produção capitalista que subordina o homem às necessidades humanas e ao trabalho[5].

A estrutura organizacional do capital se efetiva no controle das relações sociais na tentativa de adaptar os indivíduos à sua lógica e na orientação de sua estrutura rumo à expansão e à acumulação. Nesse sentido, segundo Antunes (1999, p. 23) "o capital constitui uma poderosíssima estrutura de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar". A lógica de expansão--acumulação permeia o capitalismo desde seus primeiros sinais enquanto modo de produção dominante[6]. Tal lógica opera como condição imprescindível para sua existência, uma inversão de prioridades a partir da cisão entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e a produção voltada à sua autorreprodução.

Na contemporaneidade, a expansão do mercado, enquanto característica marcante do processo de globalização, tem apresentado aspectos extremamente destrutivos para a sociedade, especialmente para a classe trabalhadora, e uma situação de crise estrutural extrema para o próprio capital.

A crise do modo de produção taylorismo-fordismo, a partir da década de 1970, demandou um processo de reorganização do sistema ideológico e político de dominação no interior da produção capitalista, do qual o neoliberalismo é a expressão evidente. Para tanto, iniciou-se um processo de reestruturação produtiva[7] que se caracterizou pelo aumento do desemprego estrutural, aprofundamento das diferenças entre países ricos e pobres, desarticulação das organizações sindicais e dos movimentos sociais de massa, aumento da pobreza e das injustiças sociais e desregulamentação dos direitos trabalhistas por meio do estabelecimento de contratos de trabalhos mais flexíveis, da redução do emprego regular e da intensificação do trabalho parcial, temporário, subcontratado e informal. Por outro lado, desenvolve-se uma secundarização do papel

---

[4] HOBSBAWM, 2005. O conceito de acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. Ela também envolve um novo movimento no qual é chamado de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram, cada vez mais, a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. Dessa forma, acumulação flexível é a nova maneira encontrada pelo capitalismo para superar suas crises cíclicas e suas contradições internas e, com isso, permitir a reprodução do capital e sua concentração nas mãos da elite capitalista. A acumulação é de capital, assim como ocorre desde as revoluções comercial e industrial, seguindo a racionalidade capitalista da acumulação e concentração. Só que, ao contrário do que ocorreu no período fordista, no qual a acumulação era baseada em padrões rígidos, a acumulação agora é flexível, pois flexível é o mercado e, por isso, flexível deve ser o processo de produção e a exploração da força de trabalho. Dessa forma, flexível deve ser a legislação, impondo-se a desregulamentação do ordenamento jurídico de perfil rígido. (Grifos do autor)

[5] MARX, K. 2001. p. 57-105. Nessa obra, Marx faz uma análise, dentre outras, sobre o desenvolvimento do processo de troca e da produção de mercadoria como valor de uso e valor de troca.

[6] Ibid., p. 177-206.

[7] KATZ; BRAGA, 1995. p. 109-122.

do Estado nas questões de produção e como provedor de políticas públicas, ao mesmo tempo em que o capital lhe exige uma postura ofensiva diante das mobilizações sociais e trabalhistas.

Como afirmam Katz e Braga (1995, p. 101), "o Estado é cada vez mais obrigado a se limitar a tarefas de contenção da força de trabalho organizada e outros movimentos sociais. O Estado perde sua capacidade de investir em políticas públicas e sociais, mas permanece cobrindo as perdas dos grandes grupos corporativos e do capital financeiro".

Deve-se dizer que a reestruturação das forças produtivas, a partir de tecnologias de automação programáveis, com base na microeletrônica, e uma variedade de novos métodos e modelos de organização da produção e das relações produtivas, referem-se a "um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas" (ANTUNES, 1999, p. 53).

Por conta disso, a difusão da automação flexível aumentou o desemprego estrutural proporcionando ao capital uma considerável economia quanto ao emprego de forças de trabalho e, consequentemente, diminuindo os custos da produção e aumentando a produtividade. Nesse sentido, intensificou-se a exploração do trabalhador e concentrou-se maior "poder de decisão" aos técnicos, aumentando paulatinamente o ritmo de produção pela integração de tarefas e da homogeneização de atividades.

De outra feita, o emprego das novas tecnologias acaba por servir, também, ao objetivo político de alterar a relação de forças entre capitalistas e trabalhadores. Exemplo disso é a produção descentralizada internacionalizada que cria trabalhos externos e terceirizados os quais resultam, para os trabalhadores, na desmobilização do poder de atuação e de intervenção das organizações sindicais. Some-se a isso uma forte tendência de empobrecimento intelectual das atividades produtivas, o que acarreta um barateamento da força de trabalho e um aumento do controle do capital sobre o trabalho, ou seja, a acumulação flexível tem contribuído para um "progressivo afastamento da capacidade humana em intervir diretamente no processo produtivo" (KATZ; BRAGA, 1995, p. 115).

Em geral, esse conjunto de mudanças traduz-se para a classe trabalhadora num exorbitante aumento da de sindicalização, sucateamento dos sindicatos e vulnerabilidade coletiva dos trabalhadores por conta da mobilidade nacional e internacional do capital, além da diminuição dos direitos trabalhistas. Paralelo a isso, há um significativo aumento de sindicatos atrelados a empresas, fato que reflete a total inércia política dessas organizações diante das novas condições de trabalho vividas atualmente pela classe trabalhadora:

> Esta nova modalidade de subalternidade política traduz uma realidade onde o movimento de massa dos trabalhadores organizados não consegue responder à altura aos desafios impostos pela estratégia de grande período-revolução passiva das forças produtivas empreendida pelas classes dominantes a partir de meados dos anos 70. Num período de 'crise de lucratividade', os operários 'optam' entre corte de salários e conquistas sociais ou a perda do emprego (KATZ; BRAGA, 1995, p. 121).

Todavia, a despeito dessa configuração apática que as organizações sindicais têm apresentado, entender a realidade do trabalho na atualidade implica ter clareza que a reestruturação produtiva do capital

desencadeia diversificadas formas de relações de trabalho, formais e informais, o que demanda uma urgente e profunda reestruturação das organizações trabalhistas.

Nesse sentido, parafraseando Antunes (1999), a *classe-que-vive-do-trabalho*[8] não se restringe àqueles que desenvolvem atividades manuais, mas inclui a totalidade de trabalhadores assalariados. Portanto, uma vez que, indistintamente, o conjunto dos trabalhadores (sobre)vive sob a mesma lógica capitalista, a classe trabalhadora abarca os proletariados precarizados, a mão de obra feminina e os trabalhadores excluídos do processo produtivo.

É evidente, portanto, a dificuldade política de articulação dos sindicatos para incorporar as diversas tendências e ramificações de trabalho que têm surgido em função da incapacidade do mercado formal de absorver a grande massa de trabalhadores desempregados que aumentam os índices do "exército de reserva"[9]. A exemplo disso, a mão de obra feminina vem sendo gradativamente incorporada ao processo produtivo de forma mais intensa nos setores precarizados e desregulamentados. É importante frisar que a utilização do trabalho da mulher não se dá em pé de igualdade com o do homem, fato comprovado quando se compara a política de remuneração, os direitos de condições de trabalho e as atividades distintamente desenvolvidas por homens e mulheres. A configuração atual de incorporação da mulher no mercado de trabalho aponta para uma intensificação da exploração do trabalho feminino e a priorização do masculino no desenvolvimento de atividades que requerem potencial intelectual[10].

Dentro dos sindicatos, as experiências evidenciam um processo de exclusão das mulheres e uma tendência de resistência ao seu engajamento sindical. Esses organismos historicamente liderados por homens têm apresentado grande dificuldade de democratizar os espaços de participação e, portanto, de entender que a construção do projeto político social hegemônico contra o capital é causa comum de todos os trabalhadores e que as diferenças de gênero e as incompatibilidades valorativas são ínfimas diante do crescente processo de espoliação, exploração e pauperização da classe trabalhadora.

Entretanto, essa dificuldade das organizações sindicais de mobilização e aglutinação da luta trabalhista contra a exploração do capital não se dá apenas em relação à mulher trabalhadora. Há uma extensa diversidade de trabalhadores assalariados em situações distintas de exploração, precarização e exclusão, que estão à margem de todas as formas de organização social, em consequência de um penoso processo de corporativização das organizações trabalhistas. Com isso, perde-se de vista a luta geral do trabalhador contra o capital, fragmentam-se as estratégias de combate ao modo de produção capitalista e, consequentemente, distancia-se cada vez mais, a possibilidade de transformação da sociedade.

Por outro lado, a crescente transnacionalização do capital e do trabalho desafia as organizações trabalhistas em proporções gigantescas a superar seus limites corporativistas e excludentes para articular uma luta do trabalho contra o capital mundialmente. Isso evidencia que, enquanto os organismos sindicais

---

[8] ANTUNES, 1999. p. 101. A expressão 'classe-que-vive-do-trabalho' é utilizada por Ricardo Antunes com o objetivo de conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de 'classe trabalhadora'.

[9] MARX, K., 2001. p. 121.

[10] Ibid., p. 105-111. Esses fatos são evidenciados por Ricardo Antunes a partir de dados extraídos da pesquisa sobre divisão sexual do trabalho no Reino Unido desenvolvida por Anna Pollert.

contemporâneos estiverem estruturados sob uma base tradicional e burocrática, não terão condições de construir um projeto social contra-hegemônico:

> Assim como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais transnacionais, embora a internacionalização da cadeia produtiva não tenha, até o presente, gerada uma resposta internacional por parte da classe trabalhadora, que ainda se mantém predominantemente em sua estrutura nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores (ANTUNES, 1999, p. 115).

Por conta disso, os sindicatos precisam estudar estratégias de organização que burlem a tendência atual do mercado de utilizar menos o trabalho estável e mais o parcial e terceirizado. Essa tendência implica que os sindicatos compatibilizem, ao mesmo tempo, reivindicações distintas e militâncias atuantes e inconstantes. Lamentavelmente, a luta pela vida e por trabalhos mais dignos tem estimulado o individualismo e transformado o acesso ao trabalho em uma questão competitiva, na qual quem tem mais qualificação está mais à frente da fila de espera.

Gradativamente, o capital tem transformado o acesso ao trabalho em uma política seletiva, e o que seria motivo comum de união e luta dos trabalhadores torna-se o imperativo de sua desarticulação. As novas formas de organização técnica e política do trabalho criam a falsa ideia de que a produção está se democratizando e viabilizando uma maior participação do trabalhador nos processos de decisão. No entanto, está estabelecendo relações produtivas de total subordinação e induzindo os trabalhadores a assumir uma relação de fidelidade aos objetivos capitalistas, fazendo com queeles dediquem a alma, o corpo, a inteligência e a subjetividade em prol da expansão do capital e, consequentemente, da sua própria exploração.

2 DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE À LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO

As relações de trabalho são historicamente estabelecidas de acordo com as conveniências político-econômicas que permeiam as relações sociais e de produção. De forma geral, as atividades desenvolvidas pelos indivíduos nas relações de produção denotam o papel que esses exercem na sociedade.

À classe subalterna cumpre desenvolver atividades braçais, rotinizadas e repetitivas, que não exijam competência intelectual. À classe dominante cabe o planejamento do processo produtivo e a liderança hegemônica sobre o conjunto social.[11] Essa dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual revela um processo histórico de brutalização do homem e de vulgarização do trabalho enquanto meio pelo qual o homem produz sua existência, cria conhecimento, constrói a história e se objetiva enquanto sujeito social.

O trabalho enquanto atividade inerente à própria existência humana tem sido, na história da sociedade capitalista, suplantado pela lógica do acúmulo de capital, de altas taxas de lucro e de máximo aproveitamento da produção. O modo de produção capitalista repousa sob uma lógica na qual a utilização do trabalhador como objeto descartável é justificável quando o que está em jogo é manter a hegemonia da classe burguesa e do capital em contraposição a qualquer outra possibilidade de organização social. Isso se evidencia pelo alto índice de desemprego estrutural, da precarização do trabalho, do subemprego, do trabalho instável e da

---

[11] GRAMSCI, 2000, p. 17-20.

crescente substituição do trabalhador pelas máquinas. Esse processo, no extremo, amplia as diferenças sociais, a miséria, a criminalidade e desumaniza a vida para aqueles que são desprovidos dos meios imprescindíveis para uma existência digna.

A hegemonia da classe dominante se dá pelo fato de que ela controla o poder material e o intelectual, já que possui as condições materiais e conceituais para a elaboração do conhecimento, restando apenas a submissão daqueles que são desprovidos dos meios de produção material e intelectual. Ora, se o controle das decisões sobre os meios de produção material e sobre os aspectos que caracterizam a formação humana na sociedade capitalista é um privilégio da classe dominante, nada mais natural que esta providencie a seleção dos que devem e podem ter acesso a uma formação intelectual, de forma a não comprometer seu *status quo,* mantendo a distância entre os que fazem e os que pensam.

Visualizando o atual quadro da educação formal, a partir desse preceito, percebe-se uma tendência de cristalização da ideia de que a massa popular é incapaz de produzir conhecimento e de desenvolver atividades intelectuais. Essa concepção tem legitimado certas posturas de se nivelar por baixo a formação da população em condições sociais desfavoráveis, ou seja, a classe dominante tem perpetuado a lógica da 'incompetência intelectual' dos menos favorecidos e, evidentemente, investido numa política educacional que cria um ambiente escolar fadado ao fracasso e que comprova a 'incapacidade' da classe trabalhadora, relegando-a à subserviência e à marginalização social. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade do resgate da dignidade humana e do potencial criador e transformador do trabalho humano por meio de um projeto político-pedagógico que viabilize uma educação para o exercício da cidadania, para a formação de sujeitos críticos e conscientes capazes de desenvolver uma ação-reflexão sobre suas condições reais de existência e, a partir de uma ação contra-hegemônica, vislumbrar a possibilidade de transformação da realidade.

Para Gramsci (2000), o desafio que se põe à criação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora é a necessidade de:

> Elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se fundamento de uma nova e integral concepção de mundo (GRAMSCI, 2000, p. 53).

Faz-se necessário, portanto, um projeto político-pedagógico que desvele as 'verdades' alienantes impostas pela classe dominante, que supere a concepção cristalizada de que a massa popular é incapaz de produzir e assimilar conhecimentos; que perceba no trabalho, como princípio educativo, a possibilidade da práxis que recoloca o homem na condição de sujeito; que evidencie o teor dialético das relações sociais históricas, pois é nas contradições sociais que o trabalhador deve se perceber enquanto explorado, despertando para a necessidade de organizar-se e contrapor-se ao poder capitalista.

Isso demanda, no entanto, a superação do que Gramsci chamou de 'crise escolar', a qual é proveniente da organização caótica, diferenciada e particularizada da estrutura escolar que pousa sobre um alicerce frágil, sem princípios claros e precisos. É interessante perceber que a crise do ensino escolar (elitista) na atualidade ou a política de formação dos intelectuais é, na verdade, resquício de uma herança histórica escolar que se

baseava na instrução diferenciada (clássica e instrumental) para as classes dominantes e dominadas e, no extremo, uma crise cultural orgânica de proporções mais amplas:

> A tendência hoje é a de abolir qualquer tipo de escola 'desinteressada' (não imediatamente interessada) e 'formativa', ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a definir cada vez mais escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados (GRAMSCI, 1978, p. 118).

Portanto, a superação da crise em que se encontra a educação somente poderá ser efetivada a partir de uma reconfiguração da estrutura escolar, da implementação de uma 'escola única', direcionada para todos os indivíduos, indiscriminadamente, na qual a formação dos educandos seja pautada sobre princípios teóricos de cultura geral, humanista e formativa, que possibilite a todos os homens o desenvolvimento de suas potencialidades técnicas e intelectuais e, no extremo, leve-os a compreender as estruturas da exploração capitalista e construir, historicamente, as condições para sua superação. Sendo a educação assim organizada, será possível proporcionar uma inserção dos educandos na atividade político-social de seu meio, a fim de que esses adquiram maturidade intelectual para uma práxis consciente e desenvolvam uma atitude reflexiva e transformadora frente à realidade. Trata-se, pois, do exercício crítico-intelectual para a superação do senso comum e desenvolvimento de uma postura política consciente.

Para Gramsci (1986, p. 12), uma primeira atitude filosófica pode ser entendida como "criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido". Tal elaboração crítica pressupõe ter consciência daquilo que se é cultural e historicamente. Daí a coerência da afirmação gramsciana de que não se tem consciência da própria historicidade: não é possível ao homem tornar-se sujeito de sua própria história sem conhecer o legado que lhes foi conferido pelas gerações passadas e a conjuntura social, política e cultural na qual se encontra.

Nesse sentido, uma classe social torna-se cultural e organicamente organizada à medida que analisa a realidade a partir da socialização crítica dos conhecimentos filosóficos já elaborados, criando, assim, uma base moral e intelectual sobre a qual os homens possam construir a história:

> O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1986, p. 13-14).

Todavia, a organicidade de um pensamento e a solidez cultural de uma classe social apenas é possível numa relação orgânica entre os intelectuais e a massa popular. Isso significa que a construção de uma 'consciência de classe', de um 'bloco social e cultural' somente pode ser efetivada a partir da unidade teoria-prática, da identidade dos intelectuais com as causas populares e de uma filosofia de práxis:

> A filosofia da práxis não busca manter os 'simplórios' na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar o bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1986, p. 20).

É importante ressaltar que a consciência política é condição indispensável para que os indivíduos se sintam parte integrante de determinada classe social e para o desenvolvimento da consciência, na qual, segundo Gramsci, se dá de fato a unidade teoria-prática. Nesse sentido, a autonomia política da classe trabalhadora somente será possível à medida que ela construir uma base intelectual, cultural e moral para se organizar enquanto grupo social hegemônico e desenvolver ações que permitam uma transformação da realidade social.

A despeito da formação eminentemente técnica exigida pelo capital, a qual, na verdade, deve ser vista como um instrumento de luta dos trabalhadores contra o desemprego e o trabalho precarizado e subcontratado, urge a necessidade de que as organizações sindicais invistam na formação política e intelectual dos trabalhadores fora do ambiente escolar formal.

Conforme Gramsci (1986), isso é condição indispensável para forjar o bloco intelectual moral dos trabalhadores que, por sua vez, é o imperativo político à organicidade da classe trabalhadora. É necessário, portanto, burlar a ideologização política que a escola formal opera nos trabalhadores no ato de sua formação, considerando que sua base curricular pauta-se na mera competência técnica e mecanicista.

Todavia, uma vez que para a estrutura político-ideológica do sistema capitalista não interessa à formação intelectual da massa popular, eis que os próprios dominados, por meio de suas formas de organização sindical e social, devem providenciar o seu acesso a conhecimentos que lhes possibilitem uma análise crítica e consciente da realidade. Dessa feita, cabe aos sindicatos, aos movimentos populares e seus intelectuais[12] a construção e efetivação de um projeto político-pedagógico que proporcione, no interior dessas organizações, a formação intelectual e crítica dos trabalhadores que não tiveram acesso a leituras filosóficas que lhes fizessem pensar as relações sociais e de produção, as contradições sociais delas provenientes e a luta de classes travada, a partir daí, entre proletários e capitalistas.

Levar a cabo um projeto de tais proporções demanda um alto grau de engajamento e comprometimento político das lideranças sindicais e dos próprios trabalhadores. Portanto, o grande e primeiro desafio é superar a apatia política em que se encontram os sindicalistas devido à atual configuração das relações de produção e do trabalho. Não se trata de uma tarefa simples. Vencer a inércia política dos trabalhadores significa superar a visão imediatista e reducionista que a luta pela sobrevivência causa nos trabalhadores frente à insegurança, o desespero e o sofrimento em função da total instabilidade do mundo do trabalho.[13]

Por conta disto, é necessário analisar a crise do trabalho em proporções mundiais, pois o risco do desemprego e do subemprego é uma realidade sentida pela maioria da população mundial. Isso demonstra, em tese, que uma mobilização internacional dos trabalhadores pode criar uma situação insustentável para o capital, visto que não há produção sem força de trabalho, obrigando-o a repensar as relações de produção sob a ótica do trabalhador.

---

[12] Nesse grupo se inserem as lideranças políticas de esquerda, profissionais da educação e de outras áreas do conhecimento que estejam comprometidos com as causas trabalhistas, intelectuais orgânicos dos mais diversos movimentos populares, líderes sindicais e tantos outros que assumem uma postura político-ideológica de oposição ao sistema capitalista.

[13] FARIA, p. 14-18. Nesse trabalho, Faria discorre sobre as consequências morais, físicas e psíquicas da reestruturação produtiva para os trabalhadores.

Por fim, é importante frisar que os indicativos aqui levantados devem ser tomados como um primeiro ensaio de reflexão sobre a urgência de uma ação ofensiva dos trabalhadores contra o capital e as precárias condições de existência e de trabalho a que estão submetidos. O caráter preliminar desses indicativos revela a necessidade de se fomentar e amadurecer essas questões por meio de um amplo debate sobre a relevância política de se efetivar um processo de rearticulação da luta dos trabalhadores.

Para tanto, é preciso que se estabeleça um diálogo entre as organizações sindicais, os trabalhadores, os intelectuais e os diversos movimentos populares, a fim de que a luta seja unificada e direcionada para a conquista de objetivos comuns. É necessário, portanto, que se compreendam as injustiças sociais, o desemprego e as desigualdades sociais como consequências da lógica do sistema capitalista contra todos os que são desprovidos dos meios de produção.

Nesse sentido, a luta contra o capital não é apenas dos indivíduos que estão desempregados, ou daqueles que vivem em estado de miséria absoluta, ou, ainda, daqueles para quem a justiça não chefia, mas sim de todos que, de uma forma ou de outra, são explorados e injustiçados para que o capital se acumule e mantenha sua hegemonia.

A ideia que aqui defendemos é o pressuposto de que a organização dos trabalhadores pode configurar-se em um poderoso instrumento de luta, desde que se viabilize sua formação intelectual, a fim de *forjar um bloco intelectual-moral contra-hegemônico de resistência aos interesses capitalistas*[14]. Em outras palavras, é imperiosa e urgente a viabilização de um processo de conscientização da classe trabalhadora que desperte para a necessidade do engajamento popular, da participação política e do exercício da cidadania em busca da minimização das diferenças sociais e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

---

[14] Entende-se trabalhadores no sentido marxista, ou seja, todos os indivíduos que são desprovidos dos meios de produção e possuidores apenas de sua força de trabalho. (grifo do autor)

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Bom tempo, 1999.

BURGIO, Alberto. **Per Gramsci, crisi e potenza del moderno**. Roma: Derive Approdi, 2007.

FARIA, J. Henrique. **Trabalho, tecnologia e sofrimento**: as dimensões desprezadas do mundo do trabalho. Curitiba: UFPR, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A concepção dialética da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Cadernos do cárcere**, v. 2: os intelectuais; princípio educativo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOBSBAWM. Eric. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KATZ, C.; BRAGA, Ruy. **Novas tecnologias**: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. v. 1. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.